

O ESTATUTO E AS CRENÇAS DE ESTUDANTES DO PEC-G EM RELAÇÃO À LÍNGUA PORTUGUESA: “O PORTUGUÊS É MUITO IMPORTANTE.”

STATUS AND BELIEFS OF STUDENTS FROM THE EXCHANGE PROGRAM FROM UNDERGRADUATE STUDENTS (PEC-G) TOWARDS THE PORTUGUESE LANGUAGE: "PORTUGUESE IS VERY IMPORTANT."

Socorro Cláudia Tavares de Sousa¹
Maria Erotildes Moreira e Silva²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo investigar o estatuto e as crenças relacionadas à língua portuguesa de participantes do Programa de Estudantes do Convênio de Graduação (PEC-G), provenientes de quatro países que têm como língua oficial o português - Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Para isso, utilizamos o *corpus* do Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA) e enfocamos a resposta do questionário relacionada à importância da língua portuguesa para esses colaboradores. Como suporte teórico do trabalho, adotamos a noção multidimensional de política linguística de Spolsky (2004, 2009, 2012). Na análise qualitativa dos dados, evidenciamos que o português é valorado positivamente pelos estudantes por ser a *língua oficial*; por se constituir como um *elo de integração e instrumento de comunicação* entre os diferentes grupos em seus países de origem e entre os países de língua oficial portuguesa; por ser *língua de trabalho* em seus respectivos países; e por se constituir como *língua materna* de alguns colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa. Crenças. Estatuto. Política Linguística.

ABSTRACT: This article aims to investigate the status and the beliefs of participants of the Programa de Estudantes do Convênio de Graduação (PEC-G) relating to the Portuguese language. These participants come from four countries whose official language is Portuguese – *Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tome e Príncipe and Timor-Leste*. We made use of the *corpus* of the Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA) and we focused on the answers given to the question related to the relevance of the Portuguese language to these participants. The multidimensional view of language policy by Spolsky (2004, 2009, 2012) is our theoretical foundation. In the qualitative analysis of the data, we highlighted that Portuguese is positively evaluated by the students for being the official language; for being an integration link and a communication tool between different groups within their home countries and between countries where Portuguese is an official language; for being a work language in their own countries; and for being a first language to some participants.

KEYWORDS: Portuguese Language. Beliefs. Status. Language Policy.

1 Introdução

Na década de 1970, com o processo de descolonização portuguesa de províncias na África e, na década de 1990, período de descolonização indonésia na Ásia, países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste elaboraram diferentes políticas linguísticas que tiveram em comum o fato de o português se constituir como língua oficial. Por diversas razões de natureza socio-histórica e política e com espaços geolinguísticos caracterizados pela presença de outras línguas, esses Estados-nações recém-independentes atribuíram um estatuto privilegiado ao português, de modo que este passou a ter funções sociais distintas, como língua da administração, das relações internacionais, de escolarização, entre outras.

¹ Professora do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística (NEPEL). Email: sclaudiats@gmail.com

² Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes na Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: erotildesmoreira@hotmail.com

No âmbito acadêmico, as políticas linguísticas engendradas nesses países têm se constituído em objeto de investigação dos pesquisadores na área de Linguística. No cenário internacional, por exemplo, destacamos a obra organizada por Pinto e Melo-Pfeifer (2018), que traz pesquisas que abordam o português na perspectiva de língua materna majoritária, de língua veicular majoritária, de língua minoritária³, bem como as políticas de difusão do português.

Já no cenário nacional, sem a pretensão de sermos exaustivos, destacamos alguns trabalhos que enfocam outras políticas linguísticas: a) em Cabo Verde: Torquato (2011a, 2011b) analisa, respectivamente, as políticas oficiais do período colonial e do pós-independência; b) em Guiné-Bissau: Namone e Timbane (2017) examinam o papel da língua portuguesa no ensino fundamental; Djata (2015) comenta as políticas linguísticas educacionais para o português; c) em Timor-Leste: Carioca (2016) discute a situação do português nesse país, destacando as funções sociais e as políticas de difusão desta língua; Sousa, Soares e Silva (2014) pesquisam as crenças dos estudantes timorenses em relação ao ensino e à aprendizagem do português; Freire (2011) investiga o lugar do português em Timor-Leste, verificando a relação entre as políticas linguísticas e os interesses de diferentes grupos sociais.

Dando continuidade a esse veio de trabalhos, o presente artigo tem como objetivo investigar o estatuto e as crenças relacionadas à língua portuguesa de participantes do Programa de Estudantes do Convênio de Graduação (PEC-G), provenientes de quatro países que têm como língua oficial o português - Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Para isso, utilizamos o *corpus* do Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA)⁴ e enfocamos a resposta do questionário relacionada à importância da língua portuguesa para esses colaboradores que vieram ao Brasil para serem alunos universitários.

Inserida em um paradigma interpretativista (LIN, 2015), esta pesquisa busca, portanto, desvelar as políticas linguísticas percebidas⁵ (BONACINA-PUGH, 2012) por estudantes que têm até 6 meses de estada no Brasil. Para tanto, realizamos uma análise do conteúdo temático das respostas e, com base em Koch (2000a, 2000b), analisamos os mecanismos textuais presentes nesses enunciados produzidos por 32 (trinta e dois) colaboradores.

Adotamos a noção multidimensional de política linguística de Spolsky (2004, 2009, 2012), que está ancorada em um paradigma epistemológico que a define para além da análise de documentos oficiais, na medida em que considera também as políticas linguísticas informais (DINIZ, RIBEIRO DA SILVA, 2019)⁶ e implícitas nas valorações e práticas dos falantes de uma língua.

Para fins de organização retórica, dividimos este trabalho em três partes, além desta introdução e das considerações finais: na primeira parte, descrevemos a noção de política linguística adotada; na segunda, os procedimentos metodológicos; e na terceira, analisamos as respostas dos colaboradores.

2 A política linguística de Spolsky

Na seção em tela, apresentamos a noção de política linguística (doravante PL) de Spolsky (2004, 2009, 2012), bem como buscamos estabelecer uma relação desta com outras acepções

³ Termos utilizados por Pinto e Melo-Pfeifer (2018).

⁴ O PROFALA é coordenado pela Profa. Dra. Maria Elias Soares e pela Profa. Dra. Maria do Socorro Aragão. Ambas fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

⁵ Bonacina-Pugh (2012) utiliza a seguinte terminologia para se referir às dimensões da política linguística de Spolsky (2004): políticas linguísticas praticadas – práticas; políticas linguísticas percebidas – crenças; políticas linguísticas declaradas – gestão.

⁶ Nesse paradigma, também inserimos a noção de Política Linguística de Cooper (1989), Schiffman (1996) e Shohamy (2006) (RIBEIRO DA SILVA, 2013; SOUSA, ROCA, 2015).

que também consideramos ampliadas (COOPER, 1989; SCHIFFMAN, 1996). O construto teórico de Spolsky está fundamentado em alguns pressupostos: o primeiro é que uma teoria da Política Linguística deve dar conta das opções individuais, visto que “Política Linguística se trata de escolhas.”⁷ (SPOLSKY, 2009, p. 1). Ou seja, os falantes realizam escolhas em relação a que língua ou variedade linguística usar nas interações sociais, bem como em relação a outros níveis da língua como fonológico e lexical, por exemplo (SPOLSKY, 2004). Essas escolhas, por sua vez, se realizam de forma situada nos diferentes *domínios* dos quais os falantes fazem parte.

A noção de domínio utilizada pelo autor é oriunda de Fishman (1972)⁸ e é compreendida como um espaço social composto de participantes, localização e tópico. Os participantes são caracterizados pelos papéis sociais que desempenham uns em relação aos outros. Como ilustração, no domínio da escola, há alunos, professores, coordenador, diretor, dentre outros papéis sociais característicos. A localização, por sua vez, “[...] conecta a realidade social e física – pessoas e lugares.”⁹ (SPOLSKY, 2009, p. 3). Ou seja, os aspectos físicos da localização são importantes nas escolhas linguísticas que os falantes irão fazer, contudo “[...] é o sentido social e a interpretação da localização que são mais pertinentes para a escolha linguística.”¹⁰ (*ibidem*). Como exemplo, em uma clínica de saúde, é no consultório e não na recepção que se dará a consulta (sentido social) entre médico e paciente. Assim, o(a) doutor(a) realizará diferentes escolhas linguísticas, considerando diferentes vozes: a médica (que busca informações sobre o estado do paciente), a educadora (que fornece explicações sobre os exames, a doença, o funcionamento do corpo...) e a empática (que busca estabelecer uma relação de empatia com o paciente) (CORDELLA, 2002). Já o tópico corresponde ao que pode ser falado em determinado domínio. Retomando o exemplo anterior, supõe-se que o consultório médico não é um espaço tipicamente destinado à difusão do evangelho cristão.

O segundo pressuposto diz respeito aos três componentes que devem integrar qualquer política linguística: as práticas, as crenças e a gestão. Ainda segundo Spolsky (2009, p. 4), as práticas constituem “[...] comportamentos observáveis e escolhas – o que as pessoas realmente fazem.”¹¹. Essa dimensão é denominada pelo autor como ecologia das línguas, visto que corresponde a uma política linguística real de uma comunidade de fala. As escolhas, por exemplo, estão relacionadas às variedades e variantes selecionadas pelos interlocutores com diferentes objetivos comunicativos, tais como: afirmar ou esconder sua identidade. Um exemplo interessante é proveniente do filme *My Fair Lady*¹², em que um professor de Fonética ensina a uma vendedora de flores a falar como uma dama da sociedade e as escolhas apreendidas pela personagem apagam sua identidade de florista.

As crenças ou ideologias referem-se aos “[...] valores atribuídos pelos membros de uma comunidade de fala a cada variedade e variante e suas crenças sobre a importância desses

⁷ No original: “Language policy is all about choices.” (SPOLSKY, 2009, p. 1). Todas as traduções realizadas no presente artigo são de responsabilidade das autoras.

⁸ FISHMAN, J. Domains and the relationship between micro- and macrosociolinguistics. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. H. (Orgs.). Directions in Sociolinguistics: the ethnography of communication. New York: Holt Rinehart and Winston, 1972. p. 435-453.

⁹ No original: “Domains connect social and physical reality – people and places.” (SPOLSKY, 2009, p. 3).

¹⁰ No original: “[...] but it is the social meaning and interpretation of the location that is most pertinent to language choice.” (SPOLSKY, 2009, p. 3).

¹¹ No original: “Language *practices* are observable behavior and choices – what people actually do.” (SPOLSKY, 2009, p. 4).

¹² *My Fair Lady* é uma comédia dramático-musical baseado em *Pygmalion*, de George Bernard Shaw, com roteiro de Alan Jay Lerner e música de Frederick Loewe. A história diz respeito a Eliza Doolittle, uma florista de Cockney que toma aulas de prosódia com o professor Henry Higgins, um fonético, para que ela fale como uma dama. Os shows originais da Broadway e Londres foram estrelados por Rex Harrison e Julie Andrews, em 1956 e transformados em diferentes versões cinematográficas, a partir de 1964.

valores.”¹³ (SPOLSKY, 2012, p. 5). Assim, há valores positivos, negativos, de prestígio e de desprestígio para as línguas e variedades que são compartilhados pelos participantes de um domínio em relação às práticas linguísticas. Contudo, não é incomum haver conflitos de crenças em um domínio (SPOLSKY, 2004).

Em 2004, Spolsky apresenta crenças e ideologias como sendo termos sinônimos¹⁴; já em 2009, destaca que as crenças, algumas vezes, podem ser denominadas de ideologias¹⁵ e, somente em 2012, o autor aponta uma pequena diferença entre ambas. Para ele, as crenças poderiam ser interpretadas como ideologias quando se constituíssem em “[...] combinações mais elaboradas dos valores compartilhados pelos membros da comunidade.”¹⁶ (SPOLSKY, 2012, p. 5). Como ilustração, a “crença” de que “brasileiro fala português” seria, na verdade, a ideologia de que a língua portuguesa representa a identidade nacional do povo brasileiro. A questão é: como avaliar quais crenças se constituem em “valores mais elaborados” em relação às línguas e variedades? Talvez, a ausência de uma maior explicitação desses termos tenha gerado diferentes interpretações dos pesquisadores.

Shohamy (2006), por exemplo, define as crenças como ideologias sobre as línguas, já Ribeiro da Silva (2013) interpreta crenças como representações, referendando a posição de Barcelos (2004, p. 132), ao afirmar que vão além de um conceito cognitivo, pois expressam, também, um conceito social, ao nascerem “de nossas experiências e problemas, de nossa interação com o contexto e da nossa capacidade de refletir e pensar sobre o que nos cerca.”

E, por fim, o último componente de uma política linguística é a “gestão” que, para Spolsky (2009, p. 4), é “explícita” e “observável” e tem o potencial de modificar tanto as práticas quanto as crenças. Quando o autor se refere ao fato de a gestão ser “explícita”, destaca que isso não é necessariamente sinônimo de constar em documentos oficiais escritos (SPOLSKY, 2004). Ele ainda explica que a escolha do termo “gestão” no lugar de “planejamento” tem como objetivo distanciar-se do sentido de resolução de problemas sociais adquirido pelo segundo termo no início da história da Política e do Planejamento Linguístico.

A gestão é realizada por um agente (indivíduo, organização não governamental, Estado) que tenha ou julgue ter autoridade para propor determinada política linguística. Segundo Gabas (2017, p. 6), “quanto maior a autoridade maior o gerenciamento”. Um exemplo da gestão no domínio da família é a que foi realizada por uma mãe proveniente de uma comunidade de trabalhadores sul-coreanos residentes na região metropolitana de Campinas que foram transferidos para o Brasil. Ao longo da estada de sua família em nosso país, a mãe gerenciou diferentes políticas linguísticas: incentivo à aprendizagem da língua portuguesa para facilitar a adaptação no Brasil, por exemplo, para poder comunicar-se com eficiência em uma consulta médica, para que seus filhos estabelecessem relações de amizade; de ensino doméstico da língua coreana; e de investimento na aprendizagem da língua inglesa por conta da proximidade da volta à Coreia do Sul¹⁷. No último ano de residência no Brasil, a mãe-gestora matriculou os filhos em uma escola bilíngue (português-inglês).

¹³ No original: “[...] is made up of the values assigned by members of a speech community to each variety and variant and their beliefs about the importance of these values.” (SPOLSKY, 2012, p. 5).

¹⁴ No original: “[...] its language beliefs or ideology – the beliefs about language and language use [...]” (SPOLSKY, 2004, p. 5).

¹⁵ No original. “The second important component of language policy is made up of *beliefs* about language, sometimes called an ideology.” (SPOLSKY, 2009, p. 4, Grifos do autor).

¹⁶ No original: “[...] more elaborate combinations of the values shared by certain members of the community.” (SPOLSKY, 2012, p. 5).

¹⁷ Segundo Gabas (2017), na Coreia do Sul, o inglês tem uma posição superior em relação as outras línguas. Visando ao sucesso acadêmico dos filhos, muitas mães provenientes de famílias de classe média alta deixam os maridos na Coreia e migram com seus filhos para países de língua inglesa com o objetivo de garantir que eles tenham uma alta proficiência nesta língua. Essas mães são denominadas de *Kirogi*.

Segundo Spolsky (2004), essas três dimensões – práticas, crenças e gestão - são independentes, mas interrelacionadas. Para o autor, as crenças também podem ser derivadas das práticas ou influenciá-las, assim como as práticas podem influenciar a gestão. Utilizando o exemplo apresentado anteriormente, a gestão do português, do coreano e do inglês está fundamentada em diferentes crenças. Segundo Gabas (2017),

[...] as diferentes decisões que Yoona vai tomando durante toda a transplantação, ora com mais investimento em uma língua, ora com mais investimento em outra, evidencia que ela está orientada pelas ideologias do contexto do qual está mais próxima, daí investir mais na língua coreana no final do período de residência, porque entende que as ideias sobre as línguas em circulação naquele contexto são diferentes das que circulam no seu país. (GABAS, 2017, p. 10).

Para Ribeiro da Silva (2013), a proposição teórica de Spolsky (2004, 2009, 2012) representa a consolidação de uma nova epistemologia da área, haja vista romper com o modelo binário de política e planejamento linguístico, de acordo com o qual a primeira é vista como a proposição e a segunda como implementação de medidas sobre a gestão da língua. A noção de Calvet (2007) é um exemplo desse modelo e tem fundamentado boa parte das pesquisas brasileiras (SOUSA, SOARES, DIONÍSIO, 2019). Segundo as autoras, essa divisão entre política e planejamento linguístico

[...] é herdeira de uma tradição surgida com o próprio campo, a qual coloca o Estado como instância principal, se não única, de deliberação e implementação de políticas linguísticas. Nesse sentido, elas são consideradas como um fenômeno imposto “de cima para baixo”, sobre o qual os indivíduos ou grupos teriam pouco espaço para resistência. (SOUSA, SOARES, DIONÍSIO, 2019, p. 122).

Ademais, acreditamos que a noção spolskyana fomenta uma visão ampliada que já vinha sendo constituída desde Cooper (1989) passando por Schiffman (1996). Ao refletir sobre a questão “**Quem planeja o que para quem e como?**”¹⁸ como central para a análise do planejamento linguístico, Cooper (1989) já inclui diferentes gestores, acrescenta o planejamento de aquisição (aumento no número de usuários de uma língua) ao já existente planejamento de *corpus* (decisões relacionadas à estrutura de uma língua) e de *status* (decisões relacionadas ao uso e funções das línguas), e propõe a ideia de que o planejamento tem como objetivo influenciar comportamentos linguísticos, opondo-se ao paradigma então dominante cujo objetivo era solucionar problemas. Cooper (1989, p. 45), após essa reflexão, chega a uma definição própria do planejamento linguístico, segundo a qual “planejamento linguístico se refere aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros com respeito à aquisição, estrutura, ou alocação funcional de códigos de linguagem.”¹⁹

Em Schiffman (1996), a noção de política linguística está imbricada à noção de “cultura linguística”²⁰ que, por sua vez, envolve “[...] o conjunto de comportamentos, suposições, formas culturais, preconceitos, sistemas de crenças populares, atitudes, estereótipos, maneiras de pensar sobre a linguagem e circunstâncias religioso-históricas associadas com uma determinada língua.”²¹. Com essa visão, o autor propõe a existência não apenas de políticas explícitas, mas

¹⁸ No original: “*Who plans what for whom and how*” (COOPER, 1989, p. 31, Grifos do autor).

¹⁹ No original: “Language planning refers to deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes.” (COOPER, 1989, p. 45). Na época de elaboração dessa noção, o termo mais comumente utilizado pelos estudiosos era planejamento linguístico.

²⁰ No original: “[...] language policy is ultimately grounded in linguistic culture [...]” (SCHIFFMAN, 1996, P. 8).

²¹ No original: “[...] language policy is ultimately grounded in linguistic culture, that is, the set of behaviours, assumptions, cultural forms, prejudices, folk belief systems, attitudes, stereotypes, way of thinking about language and religio-historical circumstances associated with a particular language.” (SCHIFFMAN, 1996, p. 8-9)

também de políticas implícitas, o que possibilita analisar o real funcionamento da política linguística em dado contexto. Um exemplo da relação entre política e cultura linguística é a compreensão do árabe pelos muçulmanos como a única língua que permite o acesso às palavras de *Allah*, pelo fato de esta ser a língua original da revelação divina. Assim, para os muçulmanos, o árabe é a língua falada por Ele e, nessa perspectiva, as traduções do Alcorão não têm autenticidade e, por isso, não representam as palavras de *Allah* (LACERDA, 2017).

A ausência de uma maior explicitação sobre o que sejam os “sistemas de crenças”, as “atitudes”, os “preconceitos”, dentre outros elementos que compõem a cultura linguística, se constitui em um ponto fraco da noção teórica proposta pelo autor (SCHIFFMAN, 2006), aspecto que é resolvido na proposição de Spolsky (2004, 2009, 2012), de acordo com a qual as crenças se constituem em uma dimensão da política linguística.

Para Diniz e Ribeiro da Silva (2019), a noção spolskyana está inserida em um paradigma que inclui a existência de políticas formais e informais, visto que ultrapassa a compreensão de que política linguística se refere à “[...] tomada de decisões, a fim de estabelecer, promover ou proibir o uso de uma língua ou uma variedade linguística (DINIZ; RIBEIRO DA SILVA, 2019, p. 252). Assim, o estudo das políticas linguísticas abrange também as políticas implícitas que, conforme Spolsky (2004, 2009, 2012), podem ser analisadas a partir das crenças e das práticas.

A inclusão dessas dimensões tem implicações teóricas e práticas, pois abrange todas as línguas e variedades linguísticas e não somente aquelas consideradas oficiais ou representativas de grupos específicos, bem como ajuda a explicar as escolhas linguísticas, a convergência entre as políticas oficiais e as relações de poder, e a incongruência (que pode existir) entre a gestão e as políticas implícitas (SPOLSKY, 2004).

A nosso ver, outra importante contribuição de Spolsky para o desenvolvimento da área de PPL é fomentar a compreensão de que a política linguística envolve não apenas aspectos linguísticos, mas também elementos não linguísticos. De acordo com o autor,

Uma série de fatores não linguísticos (políticos, demográficos, sociais, religiosos, culturais, psicológicos, burocráticos e assim por diante) explicam regularmente qualquer tentativa de intervenção de pessoas ou grupos nas práticas da linguagem e nas crenças de outras pessoas ou grupos, para as mudanças subsequentes que ocorrem ou não.²² (SPOLSKY, 2004, p. 6).

Nessa esteira, a obra *Language planning and social change* de Cooper, em 1989, já deixava explícita essa imbricada relação entre política linguística e motivações de diferentes naturezas, destacando que, em geral, a questão linguística se constituía em uma “explicação” (ou desculpa) para a realização de interesses políticos e econômicos, por exemplo.

A partir desses pressupostos e, principalmente, da noção de política linguística de Spolsky (2004, 2009, 2012), utilizamos a dimensão das crenças para investigar o estatuto e as crenças em relação à língua portuguesa de estudantes vinculados ao PEC-G, provenientes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe que estão residindo no Brasil, há menos de seis meses.

3 Abordagem metodológica

Partindo do princípio de que os desenvolvimentos teóricos da noção de política linguística implicam posturas metodológicas e epistemológicas distintas é que inserimos esta pesquisa em um paradigma interpretativista, visto que nosso interesse repousa na compreensão de como

²² No original: “A host of non-linguistic factors (political, demographic, social, religious, cultural, psychological, bureaucratic and so on) regularly account for any attempt by persons or groups to intervene in the language practices and the beliefs of others persons or groups, and for the subsequent changes that do or do not occur.” (SPOLSKY, 2004, p. 6).

esses atores sociais - estudantes do PEC-G, com até seis meses no Brasil, oriundos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe - valoram a língua portuguesa. Nesse sentido, buscamos produzir conhecimento sobre as “políticas linguísticas percebidas” (BONACINA-PUGH, 2012) por esses atores, descrevendo por que eles veem o português da forma como veem.

Procuramos explicar, através desta pesquisa, o estatuto e as crenças sobre a língua portuguesa a partir das perspectivas desses colaboradores, que não são o objeto de investigação como no paradigma positivista, mas o são as suas valorações sobre o português, de modo que o nosso interesse se caracteriza como prático, posto que, segundo Lin (2015),

O interesse prático humano, portanto, impulsiona a investigação da interação social ou ação comunicativa, a fim de alcançar a compreensão de *como* (diferentes grupos socioculturais) estão fazendo *o que* estão fazendo e também *por que* (mas respondendo "por que" em termos de significados humanos, razões, e não em termos de causa física).²³ (LIN, 2015, p. 23-24). (Itálicos do autor)

Os estudantes que participaram desse estudo são jovens na faixa etária entre 17 e 24 anos, que cursavam o primeiro semestre da graduação, em cursos de áreas distintas, em uma universidade pública brasileira da Região Nordeste, pelo Programa PEC-G. Selecionamos, inicialmente, 40 (quarenta) colaboradores, sendo 05 (cinco) estudantes do sexo feminino e 05 (cinco) do sexo masculino para cada um dos 04 (quatro) países. A escolha por esses referidos países se explica pelo fato de estes terem o mesmo número de participantes com estada de até 06 (seis) meses no Brasil, de acordo com o *corpus* do Grupo PROFALA.

Por sua vez, a opção por estudantes com até 6 meses de residência no país se justifica por termos ciência de que quanto mais extenso o período de estada no Brasil, tanto mais possível a alteração na forma como os participantes veem o português, haja vista estarem inseridos em um contexto que tem o português como língua materna, oficial e majoritária.

Para investigar as crenças desses estudantes sobre a língua portuguesa, selecionamos uma pergunta de um questionário utilizado pelo Grupo PROFALA, no âmbito do Projeto “O Português falado nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e no Timor-Leste”, concebido para registrar e valorizar as variedades dessa língua pluricêntrica²⁴, com o objetivo de “flagrar as diferenças em relação à língua falada no Brasil e, mais que isso, discutir a afirmativa de uma pretensa unidade dessa língua” (PROFALA, 2019)²⁵. Os resultados desta análise nos permitiram realizar uma reflexão sobre a construção das crenças sobre essa língua pela comunidade linguística que integra a lusosfera (SILVA, 2015), ou seja, o espaço que integra uma constelação de países que têm em comum o uso do português com diferentes funções sociais.

A questão-base que integra o questionário metalinguístico do PROFALA e que norteou nossa análise foi “Qual a importância da língua portuguesa para você?”. Na primeira leitura do *corpus*, observamos que alguns estudantes não responderam esta questão, bem como não havia disponível no *corpus* do PROFALA arquivos de algumas entrevistas. Considerando esses aspectos, o número de colaboradores foi reduzido a um total de 32 (trinta e dois), conforme

²³ No original: “The human practical interest thus drives inquiry into social interaction or communicative action in order to achieve understanding of *how* (different sociocultural groups of) people are doing *what* they are doing and also *why* (but answering "why" in terms of human meanings, reasons, and not in terms of physical causation).” (LIN, 2015, p. 23-24).

²⁴ Concebemos língua pluricêntrica a partir de Clyne (1992), que a compreende como uma língua com diferentes centros de interação os quais têm variedades nacionais distintas que podem estar codificadas em diferentes normatizações. Nesse sentido, as línguas pluricêntricas têm o poder de, ao mesmo tempo, “unificar e dividir as pessoas”. (CLYNE, 1992, p. 1).

²⁵ Informação disponível em: <<http://www.profala.ufc.br/o-portugues-falado-no-ceara/>>. Acesso: 20 jul. 2019.

exibimos no Quadro 1. Para a caracterização dos colaboradores no *corpus* do PROFALA²⁶, utilizamos a seguinte codificação alfanumérica: CVH16E, que corresponde, respectivamente, ao país de origem (CV – Cabo Verde), seguido do sexo (H – Homem) e do número da entrevista no projeto (16ª entrevista).

Quadro 1: Descrição dos colaboradores.

Países	Sexo feminino	Sexo masculino
Cabo Verde	04	04
Guiné-Bissau	03	05
São Tomé e Príncipe	04	04
Timor-Leste	03	05
TOTAL	14	18

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Realizamos uma análise qualitativa dos dados, procurando identificar as categorias temáticas principais presentes nos discursos dos estudantes. Em um primeiro momento, elaboramos um quadro em que figuram duas categorias de análise: o país de origem dos colaboradores e o estatuto atribuído à língua por cada participante. Assim, obtivemos o panorama que prevalece em cada país, o que nos permitiu compreender a valoração do português em cada local e, por conseguinte, abstrair as crenças predominantes. Em seguida, realizamos uma análise de alguns mecanismos textuais que se mostraram salientes nos enunciados, tais como: índices de avaliação, de modalidade, de polifonia, articuladores de relações lógico-semânticas, dentre outros, a partir de Koch (2000a, 2000b).

Os resultados dessa análise são apresentados na seção seguinte, com a finalidade de elencar o estatuto do português e as principais crenças que os colaboradores construíram sobre essa língua. Entrevemos nos dados a relação entre as políticas linguísticas explícitas e implícitas, uma vez que o português foi estabelecido como língua oficial desses países através de diferentes mecanismos como a escolarização, por exemplo, mas essa institucionalização ecoou de diferentes formas, segundo a palavra dos estudantes entrevistados.

4 O estatuto e as crenças em relação à língua portuguesa: a visão de estudantes universitários

A presente investigação assume a posição de que o conceito de política linguística vai além do binômio política-planejamento linguístico. Nesse sentido, exploramos a dimensão das crenças, elemento constitutivo da política linguística em Spolsky (2004, 2009, 2012), para termos uma visão mais abrangente da interdependência entre as políticas explícitas – traduzidas nas ações oficiais e na postura do Estado sobre uma língua - e as implícitas, relacionadas às crenças e práticas linguísticas, nesse caso, em relação à língua portuguesa, em função de interesses estratégicos em torno do idioma.





O Quadro 2, composto a partir de dados estatísticos colhidos no *site* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁷, apresenta um panorama do estatuto do português. Nele, constatamos que, além de língua oficial, o idioma tem outras funções sociais, como meio de comunicação, escolarização e veículo de integração com outros países, notadamente aqueles

²⁶ O *corpus* das entrevistas transcritas está disponível no seguinte endereço eletrônico: < <http://www.profala.ufc.br/o-portugues-falado-nos-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa-palop-e-no-timor-leste/corpus-do-projeto/>>.

²⁷ Dados disponíveis no site: < <https://www.cplp.org/>>. Acesso em: 01 de set. de 2019.

que compõem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a CPLP, em uma confirmação do amplo espaço geolinguístico do idioma.

Quadro 2: Estatuto da língua portuguesa nos Estados-Membros da CPLP.

País	População ²⁸ (estimada em 2019)	Estatuto do idioma
 Cabo Verde	545.909	Língua oficial, de escolarização e comunicação com o exterior, com o crioulo imperando como língua materna.
 Guiné-Bissau	2.031.910	Língua oficial, de escolarização, de comunicação com o exterior, que coexiste com crioulos diversos, reconhecidos como língua materna (LM).
 São Tomé e Príncipe	207.556	Língua oficial e de escolarização. Divide o espaço, na escola, com o crioulo em duas variantes do português.
 Timor-Leste	1.297.561	Língua oficial, usada pelas faixas etárias mais elevadas, coexiste com o <i>tetum</i> , o indonésio, o inglês e as línguas locais.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao analisarmos as respostas dos colaboradores, observamos que o estatuto da língua portuguesa ora converge com as informações provenientes da CPLP, ora acrescenta outras, como discutiremos a seguir. Independentemente das razões apresentadas pelos estudantes, foi praticamente unânime a constatação da importância dada a esta língua que, em geral, se materializou nos discursos através de índices de avaliação como “muito importante”, “grande importância” ou expressões com conteúdo semântico similar, conforme ilustramos nos excertos 1 e 2. Esse resultado confirma o que defende Spolsky (2004): as comunidades de fala compartilham valores em relação às línguas. Para os estudantes do PEC-G, a língua portuguesa tem uma valoração bastante positiva.

[...] a língua portuguesa tem **grande importância**²⁹ e uma importância que **não posso descrever**
 [...] (GBH17E) (EXCERTO 01)
 [...] é **muito importante muitíssimo mesmo** [...] (CVH16E) (EXCERTO 02)

No excerto 1, a avaliação da língua portuguesa é feita através da escolha lexical “importância” acrescida à qualidade atribuída a esse vocábulo (“grande”). A amplitude dessa “importância” é ainda materializada através da presença da negação, que põe em evidência dois enunciadores: um que afirma “posso descrever” (E1) e outro que nega tal afirmação “não posso descrever” (E2), reforçando, assim, o conteúdo semântico da relevância do português na vida do estudante. No excerto 2, o índice avaliativo “importante” é utilizado junto a formas

²⁸ Dados referentes à população atual foram colhidos em: <<https://countrymeters.info/pt>>. Acesso em: 20 set. de 2019.

²⁹ Todos os grifos nos excertos foram destaques feitos pelas autoras.

intensificadoras como “muito”, “muitíssimo mesmo”, perpassando sentido semelhante (KOCH, 2000a, 2000b).

Apenas 02 (dois) estudantes apresentaram avaliações negativas para a língua portuguesa, conforme destacamos no excerto 3, que reproduz um trecho do diálogo entre entrevistador e entrevistado, e no excerto 4.

[...] *Doc.: e qual é a importância da língua portuguesa na sua vida*”

Inf.: importância”

Doc.: é

Inf.: não sei lá comunicação mesmo

Doc.: só na comunicação”

Inf.: não ajuda em nada mesmo não alimenta [...] ³⁰ (STPH62E) (EXCERTO 3)

[...] *bom antes não era tão importante assim né mas hoje acho que assim é indispensável até porque tô no Brasil e todo mundo fala língua portuguesa [...] (CVM57E) (EXCERTO 4)*

No excerto 3, o estudante são-tomeense apresenta uma função social para o português - “comunicação” - como única vantagem que vê nessa língua, após dizer ao entrevistador que não sabe indicar qual a importância do português. Em seguida, o colaborador coloca em seu enunciado um enunciador que desdiz outro - “a língua portuguesa ajuda” - , prevalecendo a ideia do enunciador que apresenta um valor negativo do português - “não ajuda em nada mesmo”. Ademais, na materialidade textual, ainda visualizamos a presença de um índice de modalidade - “mesmo” -, que indica como deve ser interpretado o conteúdo proposicional do enunciado - “realmente”, “na verdade” - (KOCH 2000a, 2000b).

No excerto 4, observamos a importância do contexto em que está inserida a estudante na (des)construção de suas crenças sobre o português. Antes de estudar no Brasil, o português “não era tão importante”, hoje é alçado à qualificação de “indispensável”. O operador argumentativo “mas” introduz um argumento mais forte, prevalecendo uma avaliação positiva em relação ao português (KOCH, 2000a, 2000b).

Ao analisarmos as respostas dos colaboradores, identificamos 05 (cinco) principais categorias para o português: *língua oficial*, *língua de integração*, *língua de comunicação*, *língua materna* e *língua de trabalho*. Em alguns enunciados, essas categorias estão nitidamente separadas, em outros sobrepostas, como veremos ao longo da descrição dos resultados. O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais atribuições da língua portuguesa que apareceram em cada país investigado.

Quadro 3: Síntese das respostas dos colaboradores.

PAÍSES	Língua oficial	Língua de integração	Língua de comunicação	Língua materna	Língua de trabalho
CABO VERDE	X	X	X	X	-
GUINÉ-BISSAU	X	X	-	X	X
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	-	-	X	X	-
TIMOR-LESTE	X	X	-	-	X

Fonte: Elaborado pelas autoras.

³⁰ No corpus do PROFALA, a sigla Doc. significa documentador e Inf. Informante.

Em relação ao reconhecimento do português como *língua oficial*, consideramos essa resposta esperada, em face das condições de produção da entrevista, e denota a percepção dos colaboradores a partir da posição que ocupam, nesse momento, enquanto estudantes que estão no Brasil pelo Programa do PEC-G. A maioria dos entrevistados reforça esse papel da língua em seu país, informando que, nas repartições oficiais e documentos, o português é obrigatório. Os excertos 5 e 6 dos discursos dos estudantes de Guiné-Bissau e de Timor-Leste ilustram essa afirmação:

[...] tem a vantagem porque é uma língua reconhecida mundialmente e na minha terra como língua oficial qualquer documento que que deve ser um documento produzido é língua portuguesa, nas escola é português (incompreensível), em local de trabalho é português (+) [...] (GBH17E) (EXCERTO 5)

[...] língua portuguesa é nossa língua oficial e agora da/ tem lei sobre a todos a:: que cada edifício cada ministério ahn e/empresários e trabalhadores tem que ser falam português e lei sobre leis qualquer início outro e fim português então tem vantagem língua portuguesa [...] (TLM30E) (EXCERTO 6)

Como é possível observar, a gestão da língua portuguesa realizada pelo Estado em Guiné-Bissau parece influenciar a forma como os sujeitos apresentam o português como um “capital linguístico” (BOURDIEU, 2003) necessário em seus países. Em ambos os excertos é feita menção à existência de legislações - “documentos”, “lei” - que obrigam a utilização desta língua. Essa constatação se materializa na escolha dos verbos modais “deve ser” no excerto 5 e “tem que” no excerto 6, que se enquadram no eixo da modalidade deontica (KOCH, 2000a, 2000b). A relação de interdependência entre as dimensões da política linguística, conforme propõe Spolsky (2004, 2009, 2012), é evidenciada, ou seja, parece que a gestão influencia as práticas e as crenças dos estudantes em relação à língua portuguesa.

Na análise, também identificamos o português como *língua de integração*, com dois sentidos diferentes: integração dentro do próprio país devido à diversidade linguística e integração com outros países de língua oficial portuguesa. Em todos os enunciados da categoria *língua de integração*, os estudantes reconhecem o potencial estratégico do idioma dentro do país ou fora dele. Os excertos 7 e 8 exemplificam essas afirmações.

[...] língua portuguesa é uma forma de:: de ficarmos mais unidos porque somos de Cabo Verde, tem dez ilhas, cada ilha tem seu crioulo se não entendermos um crioulo de um companheiro nós temos o português para:: para expressar nós todos entendemos português porque é nossa língua oficial e temos que utilizar na escola acho que é uma maneira de estarmos com outros companheiros [...] (CVM52E) (EXCERTO 7)

[...] ah pra mim a importância dessa língua é uma coisa a integração né a integração porque com esse li com essa língua () reunir a os países que fala a língua portuguesa que faz parte da CPLP né Comunidade dos Países da Língua Portuguesa [...] (TLH31E) (EXCERTO 8)

No excerto 7, o estudante cabo-verdiano apresenta a língua portuguesa como “uma forma de:: de ficarmos mais unidos” devido à diversidade linguística do país, então, o português se constitui como um “elo” capaz de ligar todos os caboverdianos. Nesse enunciado, identificamos a oposição “diversidade linguística” *versus* “unidade linguística” promovida pelo uso da língua portuguesa. O estudante afirma, em seguida, que “[...] é uma maneira de estarmos com outros companheiros [...]”, denotando mais uma vez o conteúdo semântico de integração. Já no excerto 8, o colaborador de Timor-Leste usa explicitamente o item lexical “integração” duas vezes no enunciado, destacando como o português possibilita essa coesão entre diferentes países. Os excertos 7 e 8 reverberam uma ideologia mais amplamente difundida em diferentes

políticas linguísticas declaradas que é: a língua oficial como elemento de construção de identidades nacionais e transnacionais. Ademais, os enunciados também evidenciam como as políticas linguísticas se movem de um domínio de um Estado-Nação para um domínio supranacional (SPOLSKY, 2009).

Outra categoria identificada para o português nos dados analisados foi como *língua de comunicação*. Embora o conteúdo semântico esteja muito próximo à categoria anterior, realizamos uma diferenciação entre ambas pela presença do item lexical “comunicação” em todos os enunciados. Os excertos 9 e 10 exemplificam essa categoria.

[...] *to::da né” com ela que eu me comunico aqui na escola que eu comunicava na escola lá em cabo verde também (+) que tipo se não falasse português com os são tomeenses eles não iriam entender nada (haveria) falta de comunicação [...] (CVH68E) (EXCERTO 9)*

[...] *ela é tudo ela que me is/ (+) ela me a/ me mostra comé que o mundo é me ajuda a comunicar com os outros [...] (STPM106E) (EXCERTO 10)*

Nos excertos 9 e 10, visualizamos a presença de um item lexical ligado a “comunicar”. No 9, o estudante destaca a prática linguística do português no domínio escolar em Cabo Verde, apresentando essa língua como condição *sine qua non* para a realização do contato com os sujeitos oriundos de São Tomé e Príncipe. Esse conteúdo temático é materializado através do articulador de relação lógico-semântica “se” implicando a ideia de condicionalidade: se não *p* não *q* (KOCH, 2000a, 2000b). Assim, se não falasse português, logo não haveria comunicação.

Já o estudante de São Tomé e Príncipe apresenta a língua portuguesa como instrumento que lhe “mostra comé que o mundo é”. Esses excertos reverberam a crença da língua como instrumento de comunicação entre sujeitos que têm diferentes línguas maternas, mas também como língua internacional.

Identificamos, ainda, a categoria *língua materna*. Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, 03 (três) entrevistados descreveram a língua portuguesa como materna, justificando essa função com base nas práticas linguísticas realizadas desde a infância, conforme demonstramos nos excertos 11 a 13.

[...] *Porque é minha língua materna a língua que eu uso pra comunicar e ah porque é importante [...] (STPH44E) (EXCERTO 11)*

[...] *é importante porque é a língua com que eu... eu sempre falei português então é (+)[...] (STPH61E) (EXCERTO 12)*

[...] *sei lá é tudo (+) eu cresci a falar português [...] (STPH61E) (EXCERTO 13)*

No excerto 11, o estudante utiliza o item lexical “materna” para se referir ao português e ainda acrescenta o pronome adjetivo “minha”, demonstrando a apropriação da língua como parte da sua identidade. Já no excerto 12, a escolha do advérbio “sempre” transmite a ideia de que essa língua faz parte da vida desse falante desde a tenra idade. E, por fim, no excerto 13, o colaborador afirma que “eu cresci a falar português”, revelando essa mesma ideia ao mesmo tempo em que apresenta o português como “tudo” em sua vida. Esse resultado corrobora o que afirma Pegado (2018) sobre a mistura dos crioulos com a língua portuguesa e a conseqüente criação de uma variedade de português que hoje tem o estatuto de língua materna para muitos são-tomenses. Nesses exemplos, o português é valorado como língua afetiva e próxima ao falante.

E, por fim, encontramos no *corpus* o português relacionado à *língua de trabalho*. Estudantes de Guiné-Bissau (02) e (01) de Timor-Leste registraram o papel dessa língua no domínio do trabalho, conforme demonstramos nos excertos 14 a 16.

[...] a língua portuguesa tem grande importância na minha vida porque **é língua de trabalho**
[...] (GBH50E) (EXCERTO 14)

[...] (+) eu acho que a língua portuguesa tem grande importância porque é língua oficial na
Guiné **pra usar no traba:lho::** [...] (GBM51E) (EXCERTO 15)

[...] língua portuguesa é **língua de trabalho** língua então eu preciso português porque
português é língua de trabalho não é de comunicação, mas é importante para(risos) trabalho
[...] (TMH36E) (EXCERTO 16)

Destacamos, em todos os excertos, a escolha do item lexical “trabalho” para se referir à língua portuguesa e salientamos o excerto 15, em que há uma sobreposição entre esse estatuto e o de *língua oficial*. Já no excerto 16, o estudante deixa claro que o português não é *língua de comunicação*. O uso do operador “mas” dá a orientação argumentativa do enunciado, destacando a importância dessa língua no ambiente de trabalho (KOCH, 2000a, 2000b). Spolsky (2009) destaca que a gestão da língua nesse domínio pode ser motivada por questões comerciais.

Acrescentamos, no contexto de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, a possibilidade de os colaboradores se referirem ao uso do português em instituições públicas, pois, nesses excertos, observamos que a importância atribuída a esta língua se explica pela influência das práticas linguísticas, confirmando, assim, a interdependência postulada por Spolsky (2004, 2009, 2012) entre as dimensões da política linguística.

Comparando as funções sociais do português apresentadas pela CPLP e os resultados desta análise, destacamos que o estatuto do português como língua materna expresso nos discursos de estudantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe se constituiu como um papel a mais desempenhado por essa língua nesses contextos, além de língua oficial, de escolarização e de comunicação com o exterior já destacados por esse organismo.

Esse estatuto do português revela a política linguística real das comunidades de fala em que estão inseridos esses sujeitos ou, conforme Spolsky (2004), essas crenças evidenciam o consenso de uma comunidade discursiva acerca do valor atribuído a uma língua. A nosso ver, tais evidências deveriam se constituir como uma informação basilar na elaboração e avaliação de quaisquer políticas linguísticas promovidas pela CPLP e pelos respectivos Estados que a compõem, principalmente, se considerarmos que as variedades do português faladas nesses países recebem influências de outras línguas e não podem ser pautadas pela variedade do português europeu e do português brasileiro.

5 Considerações finais

A partir de uma noção ampliada de política linguística compreendida como resultado da interseção entre crenças, práticas e gestão (SPOLSKY, 2004, 2009, 2012), analisamos o estatuto e as crenças em relação à língua portuguesa de estudantes do PEC-G, oriundos de quatro países que integram a CPLP, a saber: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Pretendemos, com este estudo, perscrutar a relação que esses estudantes construíram com a língua portuguesa em seu país natal.

Assim, sob a luz do paradigma de pesquisa interpretativista (LIN, 2015), buscamos descrever o estatuto e as crenças atribuídas ao português por esses estudantes que têm até seis meses no Brasil, por considerar que a percepção de cada um em relação a essa língua ainda trazia traços do contexto em que viviam. Para compor uma amostra para análise, selecionamos no *corpus* de entrevistas do Grupo PROFALA as respostas desses estudantes sobre a importância da língua portuguesa.

Na análise qualitativa dos dados, evidenciamos que o português é valorado positivamente pelos estudantes por ser a *língua oficial*; por se constituir como um *elo de*

integração e instrumento de comunicação entre os diferentes grupos em seus países de origem e entre os países de língua oficial portuguesa; por ser *língua de trabalho* em seus respectivos países; e por se constituir como *língua materna* de alguns colaboradores, embora alguns revelem uma avaliação negativa, em um percentual mínimo, se considerarmos o *corpus* avaliado.

A análise dos discursos desses estudantes sobre o estatuto e as crenças em relação à língua portuguesa indica uma interlocução desses elementos com as práticas linguísticas e a gestão oficial impetrada para o português em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, o que corrobora o aporte teórico de Spolsky (2004, 2009, 2012) acerca da interdependência entre as três dimensões da política linguística e, ao mesmo tempo, aponta a necessidade de se considerar as práticas e as crenças como vetores e termômetros na construção de políticas linguísticas declaradas, ou seja, voltadas à gestão de uma língua.

Referências

- BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 123-156, jan./jul. 2004.
- BONACINA-PUGH, F. Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis. **Language Policy**, v. 11, n. 3, p. 213-234, 2012.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’água, 2003. p.144-169.
- CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 166 p.
- CARIOCA, C. R. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do português em Timor-Leste. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online)**, v. 32, p. 427-447, 2016.
- CLYNE, M. Pluricentric languages – introduction. In: _____ (Org.). **Pluricentric languages: differing norms in different nations**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1992. p. 1-9.
- COOPER, R. **Language planning and social change**. Cambridge University Press: New York, 1989. 216 p.
- CORDELLA, M. La interacción médico-paciente en escrutinio: un estudio de sociolingüística interaccional. **Onomázein**, n. 7, 2002, p. 117-144.
- DINIZ, L. R. A.; RIBEIRO DA SILVA, E. Remarks on the diversity of theoretical perspectives in Language Policy research. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, v. 19, n. 2, p. 249-263, 2019.
- DJATA, F. Pensando sobre o ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Pensando Áfricas e suas diásporas**, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 28-36, 2015.
- FREIRE, E. J. **O lugar da língua portuguesa em Timor-Leste: poder, controle e acesso**. 183 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.
- GABAS, T. M. Mercado Linguístico Familiar: Gerenciamento de Línguas em uma Família Sul-Coreana. **Organon**, v. 32, p. 1-16, 2017.
- KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2000a. 115 p.
- _____. **Argumentação e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000b. 240 p.
- LACERDA, J. O. S. **As-salamu alaikum...“mas, por que em árabe?!”**: um estudo sobre as políticas linguísticas presentes na comunidade islâmica da Paraíba. 65 f. 2017. Monografia (Conclusão da graduação em Letras/Português), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.
- LIN, A. M. Y. Researcher positionality. In: HULT, F. M.; JOHNSON, D. C. (Orgs.). **Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide**. UK: Wiley Blackwell, 2015. p. 21-32.

- MY FAIR Lady. Direção: George Cukor. Produção: Jack L. Warner. Roteiro: Alan Jay Lerner, Cecil Beaton, George Bernard Shaw, Harry Stradling Sr., Michael Neuwirth. Intérpretes: Audrey Hepburn; Rex Harrison; Alan Napier e outros: Warner Bros. Entertainment, 1964. 1 filme (170 minutos), son. color, 35 mm.
- NAMONE, D.; TIMBANE, A. D. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 1, n. 1, p. 39-57, jan./jun. 2017
- PEGADO, M. G. F. C. **O estatuto da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe: uma análise em contexto escolar**. 69 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como língua segunda e estrangeira), Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2018.
- PINTO, P. F.; MELO-PFEIFER, S. (Orgs.). **Políticas linguísticas em português**. Lisboa: Lidel, 2018. 258 p.
- PROFALA. Coordenação da Profa. Maria Elias Soares e Profa. Maria do Socorro Silva de Aragão. Disponível em: <<https://profala.ufc.br/pt/o-portugues-falado-no-ceara/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- RIBEIRO DA SILVA, E. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 52, v. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013.
- SCHIFFMAN, H. F. **Linguistic culture and language policy**. London/New York: Routledge, 1996. 251 p.
- _____. Language policy and linguistic culture. In: Ricento, T. (Org.). **An introduction to Language policy: theory and method**. MA/USA: Blackwell, 2006. p. 111-125.
- SHOHAMY, E. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006. 185 p.
- SILVA, M. E. M. **Interfaces entre ações oficiais e a prática de profissionais envolvidos na promoção internacional do português**. 242 f. 2015. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- SOUSA, S. C. T.; ROCA, M. P. Introdução para uma compreensão ampliada de Política Linguística, In: SOUSA, S. C. T.; ROCA, M. P. (Orgs.). **Políticas linguísticas declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 07-32.
- SOUSA, S. C. T.; SOARES, M. E.; DIONÍSIO, C. I. B. A área de Política e Planejamento Linguístico: as práticas de pesquisa. In: ATAÍDE, C. (Org.). **Cartografia Gelne: 20 anos de pesquisa em Linguística e Literatura**. 2019. p. 109-153. 2 v.
- SOUSA, S. C. T.; SOARES, M. E.; SILVA, M. E. M. A língua portuguesa em Timor Leste: a percepção dos estudantes timorenses. **Revista do GELNE**, v. 16, p. 97-123, 2014.
- SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 250 p.
- _____. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 308 p.
- _____. What is language policy. In: _____. (Org.). **The Cambridge handbook of language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 3-15.
- TORQUATO, C. P. Políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 40, p. 1045-1059, 2011a.
- _____. As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação. **Letras** (UFSM), v. 21, p. 151-184, 2011b.

Submetido em 02/05/20

Aceito em 13/07/20